



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.212-A, DE 2016 **(Do Sr. Rômulo Gouveia)**

Dispõe sobre a proibição do uso de pneus como proteção contra danos aos veículos e demarcação de áreas e vias de circulação nos estacionamentos ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação deste e do de nº 5343/16, apensado, com substitutivo (relator: DEP. ADAIL CARNEIRO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei proíbe o uso de pneus como proteção contra danos aos veículos e demarcação de áreas e vias de circulação nos estacionamentos ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*.

Art. 2º Os estabelecimentos destinados ao estacionamento de veículos automotores e que não possuam cobertura destinada a impedir o acesso e acúmulo de água da chuva ou de outra fonte ficam proibidos de usar pneus como aparato protetor contra danos nos veículos e para a demarcação das vias de circulação, de forma a evitar a formação de criadouros para a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*.

Art. 3º A inobservância desta lei sujeita os infratores às seguintes sanções:

I – notificação com fixação de prazo para a regularização;

II – advertência;

III – multa no valor de R\$ 1.000,00 por unidade de pneu, que será aplicada em dobro no caso de reincidência;

IV – cassação do alvará de funcionamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o objetivo de prevenir a formação de criadouros para o mosquito *Aedes Aegypti*, vetor responsável pela transmissão dos vírus causadores da dengue, do zica e da chikungunya. O combate aos vetores pode ser considerado uma das principais estratégias no controle e prevenção das doenças assim transmissíveis.

Há muito estabelecimentos direcionados ao estacionamento de veículos automotores que não dispõe de cobertura para proteção contra as águas das chuvas, fato que pode servir para a formação de ambientes com água acumulada e que são ideais para a proliferação do *Aedes Aegypti*. Esse é o caso da utilização de pneus, geralmente as carcaças não mais aproveitáveis, para serem utilizados como anteparos em

obstáculos, como paredes, postes e balizas das vagas, no intuito de evitar que os condutores de veículos os danifiquem no momento das manobras.

Todavia, o fato de serem colocados ao ar livre e de modo a permitir o acesso e acúmulo de água em seu interior, nas épocas chuvosas, tornam os pneus instalados nesses estabelecimentos criadouros para o vetor da dengue, do zica e da chikungunya. Essas moléstias são relativamente graves e causam diversos sintomas nos pacientes, com graus variados de morbidade.

A dengue é uma doença bastante conhecida do brasileiro, com a qual convive há muito tempo. O vírus responsável pela produção de sintomas apresenta certa variabilidade que responde pelo espectro variável na sua gravidade, inclusive a ocorrência de óbitos.

Por seu turno, o vírus Zyca, apesar de ainda ser pouco conhecido e pouco estudado, suscitou enorme interesse da comunidade científica em todo mundo. O seu potencial lesivo, especialmente contra os fetos e o tecido nervoso em formação, na fase embriogênica, tem sido vinculado com muitos casos de recém-nascidos com microcefalia. Isso chama muito atenção das autoridades de saúde e da sociedade e traz mais importância ainda ao controle do vetor transmissor dessa moléstia.

Assim, considero que todas as medidas e ações que possam ser tomadas e venham a ter algum impacto positivo no controle da população de vetores das doenças transmissíveis por esse meio, devem ser estimuladas e apoiadas. Sabemos que os pneus abandonados ao relento, como ocorre nos estacionamentos, são um dos principais criadouros para a proliferação exagerada do *Aedes Aegypti* e, por isso, devem ter tal uso proibido em prol do interesse público e da saúde coletiva.

Por considerar a presente sugestão útil, conveniente e oportuna para a proteção da saúde individual e coletiva, solicito o apoio dos demais parlamentares no sentido da aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 2016

Deputado **RÔMULO GOUVEIA**
PSD/PB

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.212, de 2016, de autoria do nobre Deputado Rômulo Gouveia, dispõe sobre a proibição do uso de pneus como proteção contra danos aos veículos e demarcação de áreas e vias de circulação nos estacionamentos ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*. À Proposição foi apensado o Projeto de Lei nº 5.343, de 2016, apresentado também pelo ilustre Deputado.

O Projeto de Lei nº 5.212, de 2016, no seu art. 1º, proíbe o uso de pneus como proteção contra danos aos veículos e demarcação de áreas e vias de circulação nos estacionamentos ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. O art. 2º do Projeto determina que os estabelecimentos destinados ao estacionamento de veículos automotores e que não possuam cobertura destinada a impedir o acesso e acúmulo de água da chuva ou de outra fonte ficam proibidos de usar pneus como aparato protetor contra danos nos veículos e para a demarcação das vias de circulação, de forma a evitar a formação de criadouros para a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*. Já o art. 3º estabelece que a inobservância desta Lei sujeita os infratores às sanções de: notificação com fixação de prazo para a regularização; advertência; multa no valor de R\$ 1.000,00 por unidade de pneu, que será aplicada em dobro no caso de reincidência; e cassação do alvará de funcionamento. Também é fixado, pelo art. 4º, que a Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Na Justificação, o Autor argumenta que o Projeto tem o objetivo de prevenir a formação de criadouros para o mosquito *Aedes aegypti*, vetor responsável pela transmissão dos vírus causadores da dengue, do zika e da chikungunya, que são doenças consideradas relativamente graves. Nos estabelecimentos para estacionamento de veículos que não dispõem de cobertura contra chuvas, frequentemente são formados ambientes com água acumulada ideais para a proliferação do *Aedes aegypti*. Nesses estacionamentos, os pneus utilizados como anteparos para obstáculos podem acumular água e servir de criadouros desses mosquitos. Avalia-se, desse modo, que a proibição do uso de pneus em estacionamentos tenha impacto positivo no controle dessas doenças transmissíveis e atenda ao interesse público e à saúde coletiva.

O Projeto de Lei nº 5.343, de 2016, apensado, proíbe, de acordo com seu art. 1º, o uso de pneus inteiros como corpo de proteção contra colisão em pistas de kart, autódromos, estacionamentos, garagens e espaços semelhantes ao ar livre. A Proposição, apresentada em 18/05/2016 pelo Deputado Rômulo Gouveia, também pretende contribuir com a guerra contra o mosquito *Aedes aegypti*.

Com respeito à tramitação, o Projeto de Lei nº 5.212, de 2016, foi apresentado em 10/05/2016 pelo Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB). Em 18/05/2016, a foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). A Proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e ao regime de tramitação ordinária. Em 20/05/2016, foi encaminhada à publicação e recebida pela CDEICS.

Na CDEICS, foi designado Relator do Projeto o Deputado Adail Carneiro (PP-CE) em 24/05/2016. Foi aberto prazo para emendas em 25/05/2016 (5 sessões a partir de 27/05/2016). Em 07/06/2016, à Proposição foi apensado o PL 5.343/2016. Em 08/06/2016, foi encerrado o prazo para emendas, sem terem sido apresentadas emendas ao Projeto. Em 05/07/2016, foi apresentado, na CDEICS, o Parecer do Relator n. 1 CDEICS, pelo Deputado Adail Carneiro (PP-CE), pela aprovação deste e do PL 5343/2016, apensado, com substitutivo. Em 06/07/2016, foi aberto prazo para emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 07/07/2016), encerrado em 14/07/2016, sem a apresentação de emendas. Em 05/08/2016, foi devolvido ao Relator, Deputado Adail Carneiro (PP-CE), para alterações no parecer.

Nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, cabe a primeira apreciação da matéria quanto ao mérito, consoante os aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 5.212, de 2016, é relevante no momento atual, em que se torna muito significativa a preocupação dos agentes públicos e da sociedade brasileira com a proliferação de doenças como dengue, zika e chikungunya. Atende ao interesse público a necessidade de proibir a utilização de pneus em situações que possam causar acúmulo de água e servir de criadouro para os mosquitos *Aedes aegypti*. Assim, é importante a compreensão sobre o emprego

de pneus em estacionamentos ao ar livre ou que não possuam cobertura destinada a impedir o acesso e acúmulo de água da chuva ou de outra fonte.

Entendimento semelhante sobre a pertinência dessa ação regulatória é encontrado no Projeto de Lei nº 5.343, de 2016, que explicita a proibição do uso de pneus em pistas de kart, autódromos, garagens e espaços semelhantes ao ar livre, além dos estacionamentos. Dessa forma, as iniciativas em análise contêm aspectos positivos para o enfrentamento desse problema de saúde pública e preveem intervenção necessária nas atividades empresariais objetivando a melhoria do bem-estar da população brasileira.

Ademais, deve-se entender também que as restrições à utilização de pneus devem estar ajustadas a determinadas atividades econômicas significativas. As áreas e vias de circulação afetadas a competições automobilísticas, por estarem sujeitas a regras definidas internacionalmente, podem ser excetadas da proibição de uso de pneus, desde que os organizadores dessas competições realizem adequação do uso de pneus a normas de conservação que eliminem a possibilidade de acúmulo de água. Cabe prever que essas normas serão editadas pelo Poder Executivo, com prazo razoável de até 180 dias, contados da data de edição, para que os organizadores de competições automobilísticas se adaptem a essas normas.

De acordo com o exposto, para evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.212, de 2016, e do Projeto de Lei nº 5.343, de 2016, ambos do ilustre Deputado Rômulo Gouveia, na forma do Substitutivo anexo.**

É o nosso voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em 04 de outubro de 2016.

Deputado ADAIL CARNEIRO
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.212, DE 2016

Dispõe sobre a proibição do uso de pneus como proteção contra danos a veículos e como demarcação de áreas e vias de circulação em estacionamentos, garagens, pistas de kart,

autódromos e espaços semelhantes ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei proíbe o uso de pneus como proteção contra danos a veículos e como demarcação de áreas e vias de circulação em estacionamentos, garagens, pistas de kart, autódromos e espaços semelhantes ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

§ 1º. Também ficam sujeitos à proibição estabelecida no *caput* os estabelecimentos destinados ao estacionamento de veículos automotores que não possuam cobertura destinada a impedir o acesso e acúmulo de água da chuva ou de outra fonte.

§ 2º. Excetuam-se da proibição do *caput* as áreas e vias de circulação afetas a competições automobilísticas, desde que os organizadores dessas competições realizem adequação do uso de pneus a normas de conservação que eliminem a possibilidade de acúmulo de água e que serão definidas pelo Poder Executivo.

§ 3º Os organizadores de competições automobilísticas adaptar-se-ão às normas referidas no § 2º em até 180 dias contados da edição dessas normas.

Art. 2º A inobservância desta Lei sujeita os infratores, no que couber, às seguintes sanções:

I – notificação com fixação de prazo para a regularização;

II – advertência;

III – multa no valor de R\$ 1.000,00 por unidade de pneu, que será aplicada em dobro no caso de reincidência;

IV – cassação do alvará de funcionamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 04 de outubro de 2016.

Deputado ADAIL CARNEIRO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 5.212/2016 e o PL 5343/2016, apensado, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Adail Carneiro.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Laercio Oliveira - Presidente, Aureo e Jorge Côrte Real - Vice-Presidentes, Adail Carneiro, Helder Salomão, João Arruda, Mauro Pereira, Pastor Eurico, Ronaldo Martins, Conceição Sampaio, Covatti Filho, Enio Verri, Júlio Cesar, Luiz Carlos Ramos, Luiz Nishimori e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 2016.

Deputado LAERCIO OLIVEIRA
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 5.212, DE 2016 (APENSADO PL 5.343/2016)

Dispõe sobre a proibição do uso de pneus como proteção contra danos a veículos e como demarcação de áreas e vias de circulação em estacionamentos, garagens, pistas de kart, autódromos e espaços semelhantes ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei proíbe o uso de pneus como proteção contra danos a veículos e como demarcação de áreas e vias de circulação em estacionamentos, garagens, pistas de kart, autódromos e espaços semelhantes ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

§ 1º. Também ficam sujeitos à proibição estabelecida no *caput* os estabelecimentos destinados ao estacionamento de veículos automotores que não possuam cobertura destinada a impedir o acesso e acúmulo de água da chuva ou de outra fonte.

§ 2º. Excetua-se da proibição do *caput* as áreas e vias de circulação afetas a competições automobilísticas, desde que os organizadores dessas competições realizem adequação do uso de pneus a normas de conservação que eliminem a possibilidade de acúmulo de água e que serão definidas pelo Poder Executivo.

§ 3º Os organizadores de competições automobilísticas adaptar-se-ão às normas referidas no § 2º em até 180 dias contados da edição dessas normas.

Art. 2º A inobservância desta Lei sujeita os infratores, no que couber, às seguintes sanções:

- I – notificação com fixação de prazo para a regularização;
- II – advertência;
- III – multa no valor de R\$ 1.000,00 por unidade de pneu, que será aplicada em dobro no caso de reincidência;
- IV – cassação do alvará de funcionamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 2016.

Deputado LAERCIO OLIVEIRA
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
